Do Chile aos EUA: a expansão da guerra contra as migrações

Erick Kayser

18/03/2026

O presidente ultraconservador do Chile, José Antonio Kast, recentemente iniciou a construção de um gigantesco muro na fronteira com Peru. Cumprindo promessa de campanha, batizado de “Plano Escudo de Fronteira”, o muro chegará até cinco metros de altura e em seu projeto pretende abranger 500 km, reforçado por um aparato de drones, sensores, cercas eletrificadas e significativo aumento da presença militar. Esta iniciativa possui um aspecto simbólico importante: estamos assistindo a “importação” por um país sul-americano das políticas ocidentais de guerra aos migrantes.



Longe de ser um caso isolado, o exemplo chileno é especialmente ilustrativo da “fabricação” de uma agenda política e sua instrumentalização artificial pela extrema-direita. País que não figura no topo dos principais destinos globais de migrações e que, além disso, conforme dados oficiais do próprio Serviço Nacional de Migrações, registrou, em 2025, uma queda de 10,2% em relação ao ano anterior. Um cenário que está muito distante de uma situação (se é que ela existe) em que a “migração irregular”, como afirma Kast, se converteu em um problema social que exige medidas extremadas como este muro. Para além do óbvio componente demagógico, o mais importante aqui é nos atentarmos ao aspecto performático e sua intencionalidade ideológica.

No laboratório neoliberal chileno, a extrema-direita converte a questão migratória em um dispositivo de agitação demagógica que opera de forma deliberadamente autônoma em relação à realidade estatística do refluxo migratório. Ao agitar o espectro do “invasor” precisamente num momento em que os fluxos reais arrefecem, essas forças reacionárias promovem um desvio ideológico clássico: transformam a angústia da precarização da vida em um pânico moral contra o estrangeiro. Convertida em uma agenda global da extrema-direita, essa estratégia responde a uma necessidade de oferecer respostas, mesmo que falsas, capazes de cooptar e mobilizar setores excluídos para uma agenda reacionária.

No plano ideológico, as tensões migratórias são instrumentalizadas para fragmentar a unidade da classe trabalhadora. A xenofobia e o nacionalismo chauvinista funcionam como um *fetichismo da fronteira*, onde o

trabalhador nativo, também fustigado pela precarização neoliberal, é levado a enxergar no seu irmão de classe estrangeiro o culpado pela erosão de seu bem-estar. Essa tática de "dividir para governar" obscurece a real origem do problema – a anarquia da produção capitalista – e impede a formação de uma solidariedade internacionalista que reconheça que o inimigo não é quem atravessa o mar em um bote, mas quem detém os meios de produção em ambos os lados da fronteira.

A migração contemporânea não é um acidente de percurso ou uma "crise" isolada, mas uma manifestação das contradições próprias da acumulação capitalista em sua fase globalizada. Como Marx descreveu, em *O Capital*, o sistema necessita permanentemente de um exército industrial de reserva; no cenário atual, esse exército é recrutado nas periferias do sistema, onde a despossessão e o avanço da fronteira do capital tornam a vida camponesa e proletária local insustentável, forçando o deslocamento como única via de sobrevivência biológica.

Esta dinâmica revela o que podemos chamar de uma "acumulação primitiva permanente". O capital transnacional, ao desestruturar economias nacionais e exaurir recursos naturais no Sul Global por meio do imperialismo financeiro e extrativista, gera um excedente populacional que se vê obrigado a seguir o fluxo do valor. O migrante do século XXI é a personificação da mercadoria "força de trabalho" em sua forma mais vulnerável: destituído de meios de produção e de cidadania formal, ele é lançado ao mercado mundial para atuar na compressão dos salários globais, servindo como peça-chave na manutenção das taxas de lucro nos centros hegemônicos.

A repressão militarizada contra as migrações é uma forma radical de garantir pela força, formas de espoliação ainda maiores da mão de obra das populações migrantes. O objetivo de fundo é um evidente esforço de ampliar as margens de acumulação de capital, buscando contornar de alguma forma a crise estrutural do próprio capitalismo.

Essa transição da exploração econômica para a exclusão militarizada revela a face mais nua do Estado como comitê gestor dos negócios da burguesia: quando o capital já não consegue absorver produtivamente as massas que ele próprio desterritorializou, a gestão do social transmuta-se em contenção bélica. Não se trata apenas de regular o fluxo da força de trabalho para o exército de reserva, mas de instituir, como aponta Rita Segato, uma pedagogia da crueldade, que reifica a alteridade do migrante para legitimar o reforço do aparato repressivo e a coesão reacionária da sociedade civil. Nesse cenário, o limite geográfico deixa de ser uma simples demarcação soberana para se tornar uma trincheira ativa contra os "condenados da terra" da era global.

O filósofo italiano Bifo Berardi, em um provocativo e eloquente exercício figurativo, apontou que estaríamos presenciando uma guerra civil mundial contra os migrantes. Tendo por palco, na última década, "a linha que divide o Norte do Sul, a linha que vai da fronteira entre o México e o Texas até ao Mar Mediterrâneo e às florestas da Europa Central e Oriental", convertidas em uma zona onde é travada esta guerra infame. "Uma guerra contra pessoas desarmadas, exauridas pela fome e pelo cansaço, atacadas por policiais armados, cães farejadores, fascistas sádicos e, sobretudo, pelas forças da natureza". Kast, no Chile, pretende importar esta guerra para seu território, mesmo que artificialmente.

Mas, se no sul do mundo esta guerra surge como farsa, no coração do império ela surge como tragédia. Nos EUA, sob a égide do trumpismo, essa "guerra civil" contra o migrante abandonou a linearidade das fronteiras geográficas para se converter em um estado de sítio capilarizado no coração das metrópoles estadunidenses. A metamorfose do ICE (*Immigration and Customs Enforcement*) em uma autêntica polícia política de viés pretoriano representa o deslocamento qualitativo do front: a caçada humana deixa de ser uma contenção periférica para se tornar um mecanismo de disciplinamento interno da classe trabalhadora em sua totalidade. Ao converter o cotidiano — das fábricas aos bairros operários — em um teatro de operações bélicas, o Estado trumpista não apenas acelera a rotatividade e a precariedade do exército de reserva, mas utiliza o migrante como o "corpo sacrificial" necessário para a expansão de um aparato repressivo que opera acima das mediações democráticas liberais tradicionais. Essa militarização do espaço doméstico é a expressão máxima de um capital que, na impossibilidade de oferecer integração, precisa gerir a crise através de uma

vigilância onipresente, transformando a perseguição ao “outro” no cimento ideológico de um projeto de poder segregacionista.

A expansão da guerra contra as migrações revela a transição definitiva do Estado neoliberal para um comitê de contenção bélica, onde a gestão do social se confunde com a repressão policial. Kast no Chile e Trump nos EUA não são exceções: são sintomas de um capitalismo que, incapaz de integrar as massas que ele mesmo expulsou, recorre à pedagogia da crueldade como forma de governar. Diante dessa escalada, a questão que se impõe não é apenas de onde vêm os migrantes, mas para onde vai um sistema que só encontra coesão na perseguição ao outro.

***Erick Kayse**r é Historiador e Secretário-geral do PT de Porto Alegre*

Compartilhe nas redes: